

## A Segunda Cadeia da Legalidade nas páginas dos jornais Correio do Povo e Última Hora<sup>1</sup>

Daniel Augusto Pereira MARCILIO<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

### Resumo

No dia 1º de abril de 1964, durante o Golpe Civil-Militar, o então deputado trabalhista Leonel Brizola tentou, como havia feito em 1961, reeditar a Rede Nacional da Legalidade, uma mobilização que teve o rádio como principal meio de difusão. Naquele momento de crise política, as discussões sobre os rumos de uma possível tentativa de resistências ganharam as páginas da imprensa gaúcha. Este trabalho buscou, portanto, analisar como dois jornais de grande circulação na capital gaúcha – o Correio do Povo e o Última Hora – abordaram a Segunda Cadeia da Legalidade, mostrando como tais periódicos direcionaram a leitura do público a um posicionamento de adesão ou rejeição às manifestações de reação ao movimento golpista lideradas por Leonel Brizola.

**Palavras-chave:** Segunda Cadeia da Legalidade; Golpe Civil-Militar; Correio do Povo; Última Hora.

No Rio Grande do Sul, os acontecimentos do dia 31 de março de 1964, segundo a reportagem publicada na época pela Revista O Globo, causaram espanto para muitos porto-alegrenses, pois as informações divulgadas eram, a princípio, confusas e desconcentradas (PINTO, 1964, p.37). Naquele momento, as tropas do general Olympio Mourão Filho<sup>3</sup>, comandante da 4ª Região Militar, deslocavam-se de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro. O objetivo: invadir o prédio do Ministério da Guerra para atrair o apoio de diversas chefias militares e, assim, desmontar de vez o governo Jango (FERREIRA, 2011, p.470). Essas notícias espalharam-se pela imprensa nacional; porém, tornaram-se manchetes nos jornais gaúchos apenas na madrugada do dia primeiro de abril. Era o início do Golpe Civil-Militar.

As primeiras reações em Porto Alegre foram as mais diversas – as pessoas temiam que o levante dos militares pudesse levar a um longo conflito e, por isso, prepararam-se de acordo. Os pontos de embarque para deixar a cidade ficaram tumultuados, e as lojas que vendiam alimentos não tinham mais estoques para atender a demanda (PINTO, 1964, p.37).

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista e Historiador, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS, email: [daniel.marcilio@ufrgs.br](mailto:daniel.marcilio@ufrgs.br).

<sup>3</sup> Mourão Filho é visto pela historiografia como um conspirador de longa trajetória – em 1937, ele foi o responsável por elaborar o “Plano Cohen”, um documento falso que anunciava uma suposta estratégia comunista para a tomada do poder no Brasil. A farsa serviu de pretexto para a instauração do Estado Novo (FICO, 2014, p. 71; SKIDMORE, 1976, p.362).

Em paralelo a esses acontecimentos, uma Segunda Cadeia da Legalidade começava a ser articulada - um movimento que buscava reeditar a Rede da Legalidade de 1961. Embora a historiografia tenda a diminuir o impacto desse movimento legalista de resistência ao Golpe Civil-Militar, descrevendo-o como uma agitação de menores consequências (SKIDMORE, 1976, p.365; CORTES, 2007, p. 298), o fato é que, em poucas horas, os partidários do mandato de Jango conseguiram mobilizar parte da população porto-alegrense, na tentativa de pedir a união das forças populares contra o golpe em curso (PADRÓS; LAMEIRA, 2010, p.46).

Tais manifestações não deixaram de ser ao menos referenciadas pelos principais jornais da época na capital gaúcha. Afinal de contas, pela própria natureza de um jornal, os fatos do dia costumam ser narrados em seus pormenores mais imediatos e singulares<sup>4</sup>. Assim, nas páginas dos exemplares impresso, estão presentes nomes, dados, imagens, enfim, toda uma riqueza documental que possibilita diversas abordagens de investigação.

Nas entrelinhas dos textos publicados, também é possível perceber as ambiguidades, as hesitações e, assim, inferir as motivações que estavam por trás da divulgação da notícia a reconstrução dos acontecimentos motivações que fizeram com que determinado fato fosse noticiado e publicado. Mesmo que, às vezes, certos jornais se apresentem nos seus editoriais como neutros e objetivos, houve algum processo de seleção nas matérias divulgadas – elas passaram por critérios de escolhas, que estruturaram e hierarquizaram a narrativa dos acontecimentos (HALL et all, 1999).

Neste artigo, dois periódicos foram escolhidos como objeto de análise: o Correio do Povo e o Última Hora. As edições analisadas correspondem ao breve período em que a Segunda Cadeia da Legalidade permaneceu no ar, ou seja, entre os dias 1º e 2 de abril de 1964. Apesar de possuírem nítidas diferenças na linha editorial, o fato é que ambos os veículos de comunicação pertenciam a grupos privados cujos interesses eram tanto empresariais quanto políticos. As notícias publicadas naqueles jornais obedeciam à lógica do lucro – elas consolidaram-se como mercadorias, eram textos sobre a atualidade postos em circulação para serem consumidas o mais breve possível pelo público leitor (FONSECA, 2008).

---

<sup>4</sup> Genro Filho reforça essa interpretação, afirmando que o jornalismo é uma forma de conhecimento do mundo baseada no fato singular – por isso, para ele, a especificidade do jornalismo é justamente a construção da notícia a partir do fenômeno imediato, ou seja, daqueles acontecimentos que não irão se repetir da mesma forma (GENRO FILHO, 1987, p.185 -193)

## A Segunda Cadeia da Legalidade no Correio do Povo

Nos trechos extraídos tanto no Correio do Povo quanto no jornal Última Hora, pode-se fazer uma divisão entre dois tipos jornalísticos de textos: notícias e editoriais. O Correio do Povo, o periódico mais antigo ainda em circulação em Porto Alegre (RÜDIGER, 2003), pertencia na época ao Grupo Caldas Júnior e caracterizava-se pelas longas reportagens descritivas – era um jornal pontilhado de letras miúdas, que iniciavam nas primeiras páginas, eram interrompidos e prosseguiam, às vezes, nas páginas finais da edição. Múltiplas linhas delimitavam a largura dos textos, e as letras garrafais surgiam apenas nas manchetes.

Os editoriais, por outro lado, possuem uma intenção oposta, pois o enunciador compromete-se de forma explícita, declarando suas opiniões acerca de um acontecimento a partir de uma linguagem semelhante àquela utilizada nas demais seções do jornal (HALL et al, 1999, pp. 233 – 234). Então, é a voz da instituição jornalística que está reproduzida, sua percepção sobre determinado fato – e, logo abaixo, é possível ver um exemplo claro de texto opinativo, o editorial publicado no dia 2 de abril de 1964, que registrou a opinião do veículo de imprensa sobre o episódio da Segunda Cadeia da Legalidade em Porto Alegre.

[...] A população civil, que nada, em verdade, poderá fazer, de momento, em prol da decisão da contenda, por mais que esta diga respeito aos seus inalienáveis direitos e interesses, se deve conduzir com calma e ponderação, a fim de não arcar com dificuldades ainda piores. Assim vem procedendo, por felicidade, o povo gaúcho, tanto nesta capital, como no interior. O mesmo ocorre, a despeito das dificuldades de comunicação, no resto do País. E essa conduta não deve ser quebrada, por mais que bradem os interessados em fazê-lo, entregues à histeria radiofônica, principalmente depois que as estações difusoras foram arrebatadas ao noticiário mais criterioso e imparcial. A população civil, através de todas as suas camadas, não se deve perturbar ante a situação que é, realmente, grave, mas muito mais ainda se tornaria, se ela não seguisse a linha de conduta pela qual até aqui vem se pautando (CP, 02/04/1964, p.4).

Então, é um texto que opera em duas frentes: elogia a população gaúcha, que estaria agindo, segundo o jornal, com calma diante da crise política (leia-se, mantendo uma postura passiva); e critica a situação estabelecida nos últimos dias, que teria provocado paralisações – a greve no setor de transportes, cujos motivos não são explicados no editorial, é tida como uma das causas principais dos problemas enfrentados pelos porto-alegrenses. “As dificuldades de transporte já estão sendo aumentadas pela greve dos transviários nesta capital, dos ferroviários, no Estado e noutros pontos do país, da mesma forma que a

escassez de combustível já se vem fazendo sentir [...] (CP, 02/04/1964, p.4). É visível a insistência na manutenção da ordem pública e a crítica explícita ao radicalismo – o melhor a se fazer, na visão do Correio do Povo, era não tomar partido e ignorar as transmissões de Brizola e do prefeito Sereno Chaise a favor da legalidade. Cabe ressaltar que a linha editorial aproximava-se de uma visão de mundo conservadora – não por acaso, o Correio era o jornal favorito das elites rio-grandenses, assim como de parcelas consideráveis da classe média ilustrada (GRIJÓ, 2011, p.30)

Naquele momento, a expectativa de resistência legalista concentrava-se em Porto Alegre. Enquanto as tropas de Mourão marchavam, Leonel Brizola decidiu organizar a reação contra o Golpe de Estado em curso – aliás, diversas ações já estavam sendo tomadas para assegurar uma possível resposta ao movimento golpista. Não por acaso, por determinação de João Goulart, o comando do III Exército passou para as mãos do general Ladário Telles, nomeado na tarde do dia 31 de março para substituir o general Benjamim Galhardo. Ladário Telles, um dos comandantes militares de confiança do presidente, ao receber a nomeação, conforme seu próprio depoimento, preparou-se para viajar imediatamente para a capital gaúcha, aonde chegou às primeiras horas da madrugada do dia 1º de abril (TELLES apud SILVA, 1978 p.439). Apesar do então governador gaúcho Ildo Meneghetti ter entrado em acordo com o General Galhardo – ele assumira o compromisso de não passar o comando e, mais do que isso, prenderia Ladário Telles – o fato é que o militar recém-chegado assumiu o cargo em uma cerimônia formal realizada às pressas, e Galhardo<sup>5</sup> embarcou num avião rumo ao Rio de Janeiro. O governo do Estado do Rio Grande do Sul, a partir daquele instante, deixou de contar com a cobertura do III Exército, tida até então como certa (PINTO, 1964, p.43).

Antes mesmo da chegada de Ladário Telles, uma série de medidas de prevenção haviam sido tomadas pelo executivo estadual, na tentativa de assegurar a queda rápida de João Goulart e restringir quaisquer reações de apoio ao presidente: pelos decretos 16.538 e 16.539, instituíram-se feriado bancário e escolar durante os dias 1, 2 e 3 de abril; o decreto 16.540 abriu um crédito extraordinário de quinhentos milhões de cruzeiros para o governo do estado utilizar como bem entendesse; as reservas de petróleo e combustíveis foram

---

<sup>5</sup> O General Benjamim Galhardo tinha sido um dos defensores da Campanha da Legalidade em 1961, mas assinou, em 1964, um manifesto junto com o governador Ildo Meneghetti, em apoio ao Golpe de Estado (SILVA, 1978, p.431). Segundo o jornalista Leite Filho, Leonel Brizola prometeu a Galhardo que, se ele deixasse o comando do III Exército, Jango iria nomeá-lo para o Estado Maior do Exército, posto então comandado pelo General Humberto Castello Branco. O presidente chegou a emitir tal decreto de substituição dos comandantes militares; porém, a ordem jamais foi cumprida, pois, àquela altura dos acontecimentos, os golpistas já haviam tomado controle do Ministério da Guerra, na época situado no Rio de Janeiro (LEITE FILHO, 2008, p.274).

requisitadas e, por fim, definiu-se a intervenção nas estações de rádio e televisão gaúchas (SILVA, 1978, pp. 430 – 431).

Mesmo assim, sob a direção de Leonel Brizola, as transmissões da Segunda Cadeia da Legalidade iniciaram na manhã do dia 1º de abril de 1964. A Rádio Farroupilha<sup>6</sup> foi a primeira a ser colocada à disposição do governo federal para fazer a propaganda legalista (BANDEIRA, 1979, p.95). Porém, outras emissoras de Porto Alegre, por motivos diversos, não entraram na rede radiofônica organizada por Brizola.

A Rádio Guaíba, por exemplo, permaneceu fora do ar entre os dias 31 de março e 2 de abril de 1964<sup>7</sup>; a Rádio Gaúcha<sup>8</sup>, por sua vez, teve os equipamentos de transmissão apreendidos pela Brigada Militar, seguindo as ordens que o governador Ildo Meneghetti emitira antes da vinda de Ladário Telles – quando a emissora foi requisitada, não teve condições de entrar em funcionamento (FERRARETO, 2007, p.129). Ou seja, duas das principais estações de rádio da capital estiveram ausentes das transmissões legalistas, um primeiro indício de que a tentativa de reeditar a Legalidade não teria a mesma coesão de 1961. Aliás, em termos comerciais, é preciso destacar que tanto a Farroupilha quanto a Gaúcha possuíam, na época, uma programação generalista, disputando a preferência do grande público; enquanto a Guaíba voltava-se a uma audiência mais elitista, focando-se no radiojornalismo (FONSECA, 2008, p.124).

De qualquer modo, o jornal *Correio do Povo*, ao noticiar tais acontecimentos, não citou em momento algum os nomes das rádios envolvidas nos pronunciamentos da Legalidade, demonstrando que o periódico minimizou a ação do movimento de resistência ao Golpe de Estado. O texto publicado na edição do dia 2 de abril de 1964 é uma reprodução do ofício enviado à Assembleia Legislativa.

[...] ‘Devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, venho comunicar a Vossa Excelência que este Comando

<sup>6</sup> A Rádio Farroupilha entrou em funcionamento durante as comemorações do centenário da Guerra dos Farrapos, em 1935. Na década de 1940, foi incorporada à rede dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand e, durante os anos 1950, manteve-se na posição de líder de audiência até o episódio do suicídio de Getúlio Vargas. A emissora, que tinha uma linha editorial contrária ao governo Vargas, não destacou a morte do presidente no noticiário, e o público, com os ânimos acirrados, ateou fogo no prédio da rádio. Desde então, ela não teve mais a mesma hegemonia de antes (FERRARETO, 2007, pp.38 -48).

<sup>7</sup> Por sinal, cabe lembrar que a Rádio Guaíba, fundada em 1957, pertencia ao Grupo Caldas Júnior (GALVANI, 1994, p.395). Em 1961, havia sido a emissora oficial da Legalidade, encampada pelo então governador Leonel Brizola – no entanto, três anos depois, simplesmente saiu do ar durante o Golpe de Estado. Embora não seja possível comprovar isto, é provável que o próprio proprietário da empresa, Breno Caldas, tenha ordenado o desligamento da rádio, a fim de evitar que as transmissões assumissem um posicionamento de apoio ou repúdio aos golpistas. Tal impressão é compartilhada pelo radialista Sérgio Stosch, que participou da Segunda Cadeia da Legalidade e notou a conveniência da Rádio Guaíba ter deixado de funcionar justo em um momento de tensão política na capital gaúcha (STOSCH apud KLÖCKNER, 2014, p.105).

<sup>8</sup> Fundada em 1927, a Rádio Gaúcha é uma das mais antigas emissoras do estado. Foi comprada em 1956 por Maurício Sirotsky Sobrinho e Frederico Arnaldo Ballvé, sendo o embrião do atual conglomerado midiático da Rede Brasil Sul (RBS) (ORTRIWANO, 2002/2003, p.80).

resolveu, no desempenho das suas funções, como autoridade militar da União, ocupar todas as estações de rádios e de televisões sediadas nesta Capital e, quando conveniente, as do Interior, bem como controlar o seu funcionamento, a fim de assegurar o clima de tranquilidade social, evitando o agravamento da situação político-militar diante do estado de guerra civil ora deflagrado no país' (CP, 02/04/1964, p.16).

No dia primeiro de abril, as articulações golpistas avançavam cada vez mais, e Porto Alegre poderia, a qualquer momento, transformar-se na nova sede de apoio ao governo de João Goulart. O próprio presidente afirmara, em um rápido depoimento ao jornalista Flávio Tavares, do Última Hora, que “acabo de falar com o comandante do III Exército [General Ladário Telles]. Vou instalar o governo no Rio Grande do Sul e viajo hoje mesmo para Porto Alegre” (TAVARES, 1999, p. 147).

A capital gaúcha tornou-se, portanto, o último reduto das forças que apoiavam o mandato do presidente – Porto Alegre era o local onde existiam melhores condições para resistir militarmente, e o próprio João Goulart tinha clareza disso. Seus generais de confiança alertaram-no sobre a situação das Forças Armadas naquele momento de grave crise institucional e sugeriram, então, a possibilidade de resistência a partir do Rio Grande do Sul (FERREIRA, 2011, p.498)<sup>9</sup>.

O Correio do Povo, no entanto, desprezou tais mobilizações em defesa de João Goulart – elas sequer foram noticiadas no jornal do dia 2 de abril. Naquela data, o Golpe de Estado ainda estava em curso e, portanto, não era possível prever se o movimento militar conseguiria ou não derrubar o presidente. Talvez por isso o Correio do Povo tenha adotado uma linha editorial um tanto austera em suas reportagens sobre a Segunda Cadeia da Legalidade. Sem necessariamente exaltar sua adesão aos golpistas, o jornal noticiou apenas os aspectos que remetiam às questões da ordem institucional: a transferência da sede do governo estadual para a cidade de Passo Fundo, a convocação da Brigada Militar decretada pelo III Exército, as declarações dos deputados na Assembleia Legislativa e assim por diante, valorizando somente a voz das fontes oficiais.

Uma variedade de outros fatos que ocorriam naquele instante na capital gaúcha - tais como os sindicalistas favoráveis ao governo João Goulart, os nomes das rádios que entraram em cadeia para defender a legalidade, os protestos populares, entre outros que

---

<sup>9</sup> No entanto, o jornalista Flávio Tavares (2014, p.212) considera que, se Jango quisesse de fato resistir militarmente ao levante das tropas, poderia ter confrontado as tropas a partir do Rio de Janeiro, cidade onde havia a maior base de esquadrões da Força Aérea Brasileira. Na avaliação do autor, o presidente buscava ganhar tempo para conseguir amenizar o levante dos militares e evitar, assim, um impeachment. Tal postura conciliadora também aparece nos pronunciamentos oficiais de Goulart ao longo do seu curto mandato presidencial. “Sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir, prefiro pacificar a acirrar ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos” (GOULART apud FICO, 2014, p.22)

poderiam ser enumerados – não apareceram nas páginas do Correio do Povo. Isso reforça a noção de que a imprensa sempre seleciona e hierarquiza aquilo que pretende priorizar em seu texto; portanto, os jornais não trazem somente informações e dados sobre os últimos acontecimentos, mas fornecem uma interpretação sobre o que aconteceu.

Os meios de comunicação, ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ser ou não notícia, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, estão na verdade, procedendo a criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, são eles próprios criadores do acontecimento (BARBOSA, 1997, p.87).

Nesse sentido, o Correio do Povo focalizou sua atenção nas atitudes do governador Ildo Meneghetti, criando, assim, uma narrativa jornalística que o transformava em um protagonista. Meneghetti foi transformado no personagem quase heroico que enfrenta momentos dramáticos no Palácio Piratini (CP, 02/04/1964, capa) e, por isso, toma a decisão de organizar a resistência – palavra, aliás, empregada pelo jornal para designar as ações tomadas pela administração estadual contra as ordens do III Exército, ou seja, de Ladário Telles e, por consequência, de Leonel Brizola. Enquanto isso, as ações dos grupos que se opunham ao Golpe de Estado foram excluídas do noticiário do Correio do Povo – é possível, então, que tais apagamentos perpetuados pela imprensa daquela época ajudaram a reforçar a visão de que não houve reações significativas contra a derrubada de João Goulart do poder. Por exemplo, o historiador Jorge Ferreira, ao discutir a Campanha da Legalidade de 1961, demonstra espanto ao apontar que, menos de três anos depois:

[...] a sociedade brasileira tenha assistido, sem maiores reações ou protestos, para não dizer paralisada, a marcha de tanques vindos de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Se abandonarmos as interpretações que denunciam a todo-poderosa conspiração direitista-imperialista ou as que ressaltam os inelutáveis fatores estruturais econômico-políticos, é no mínimo curioso como, em período tão curto, a sociedade brasileira, combativa e ciosa da legalidade democrática em 1961, tenha aceito a solução autoritária em 1964, como se nenhuma outra alternativa existisse além dela (FERREIRA, 2003, p.336)

Porém, quando se analisa as raras fontes da imprensa que apoiaram a Legalidade, percebe-se que o Golpe Civil-Militar de 1964 não foi aceito sem quaisquer rejeições. As diferenças entre as distintas abordagens de se noticiar um mesmo fato – no caso, a tentativa de reeditar a Rede da Legalidade em Porto Alegre – são, portanto, perceptíveis na leitura crítica do jornal Última Hora. Esse periódico de formatação mais popular e atrelado ao nome de Samuel Wainer permite o contraste ideal com o Correio do Povo – afinal, ao

contrário do veículo de comunicação do Grupo Caldas Júnior, o Última Hora foi o único impresso na capital gaúcha que se posicionou abertamente contra o movimento golpista.

### **A Segunda Cadeia da Legalidade no Última Hora**

Na Cadeia da Legalidade de 1961, o Palácio Piratini, a sede do governo estadual, foi local de aquartelamento dos apoiadores de Jango. Porém, na segunda edição do movimento, apenas a prefeitura de Porto Alegre estava administrada por políticos ligados ao presidente – por isso, o Paço Municipal teve papel fundamental na estratégia de comunicação da nova Campanha da Legalidade. A matéria do jornal Última Hora destaca que:

Às 6 horas de hoje, o general Ladário Telles, novo comandante do III Exército, esteve no Palácio Piratini para comunicar ao governador Ildo Meneghetti a requisição, por parte do governo federal, de todas as emissoras de rádio e televisão de Porto Alegre para a formação de uma rede de defesa da Constituição. A nova ‘Rede da Legalidade’ será comandada diretamente da Prefeitura Municipal, devendo entrar em funcionamento já na manhã de hoje. Ontem à noite, o Governo do Estado chegara a requisitar as emissoras em decreto assinado pelo Sr. Ildo Meneghetti, que justificava a medida como destinada a impedir pronunciamentos e divulgação de notícias capazes de perturbar a ordem pública (UH, 01/04/1964, p.7).

Aliás, nos demais textos das notícias publicadas pelo jornal, o centro da resistência ao Golpe Civil-Militar recebe o nome de Quartel General (QG) da Legalidade, em uma tentativa clara de demarcar posicionamento, reforçando o potencial de arregimentação da Rede da Legalidade – além de destacar que, ali, era o ponto onde de fato convergia todo o apoio à resistência.

O Palácio Municipal de Porto Alegre – QG da Legalidade – vem recebendo continuamente manifestações de solidariedade ao Presidente João Goulart e de repúdio à trama golpista desencadeada pelos gorilas que se levantaram contra às reformas de base. Todos os trabalhadores denunciam a renovada investida dos setores reacionários do país e conclama a arregimentação pela defesa do governo legalmente constituído (UH, 02/04/1964, p.15).

Em relação ao termo gorila, citado acima, Sá Motta (2006, p.41) explica que “o gorila passou a representar o conjunto das forças de direita, mas em sua formulação original tratava-se de referência específica aos militares direitistas, considerados golpistas por excelência”. Então, em uma situação em que os ânimos se acirravam, o Última Hora adotou um discurso carregado de elementos dramáticos, repudiando a intervenção dos golpistas. “Não pode merecer senão o mais veemente repúdio da Nação a atitude dos que procuram



instaurar a desordem e ferir as instituições democráticas” (UH, 01/04/1964, p.2). Mais do que isso, as matérias publicadas pelo jornal no momento do Golpe recorriam ao passado para sensibilizar os leitores, lembrando a proximidade cronológica da Campanha da Legalidade, de 1961, que poderia se repetir em 1964. Estabelecia-se, portanto, um chamado à resistência, reproduzindo aquele movimento de três anos antes em defesa da Constituição.

Finalmente eclodiu em Minas Gerais aquele movimento golpista que esperávamos. O Governo de Minas Gerais e mais dois militares daquela guarnição lançaram manifesto pregando a mobilização golpista, direitista e reacionária, procurando levar o povo à luta e ao derramamento de sangue – declarou o Deputado Leonel Brizola, falando para todo o Estado através das rádios Gaúcha, Metrópole e Continental. Acrescentou Brizola: ‘Declararam que não aceitam mais Governo constituído e que só depõem as armas se esse Governo renunciar. Isso é uma ilegalidade, é contra a Constituição. (...) Estamos com a legalidade ou com os golpistas que se levantaram em Minas?’, perguntou Brizola, denunciando que se pretende fazer aquilo que não se conseguiu em 1961 (UH, 01/04/1964, p.4).

Por um lado, é preciso perceber que o jornal recortou as falas do Brizola. O discurso do trabalhista não foi publicado na íntegra – apenas os trechos considerados “melhores” foram noticiados pelos jornalistas do Última Hora. Desse modo, os relatos jornalísticos determinam as formas como certas declarações aparecem ao longo das notícias, alterando os sentidos do texto (BIRD; DARDENNE, 1999, p.275). O objetivo é, sem dúvida, encaminhar o leitor para um pensamento parecido com aquele defendido pelo jornal, construindo, assim, uma imagem de resistência quase heroica. Afinal, nas páginas do Última Hora, a própria maneira como as notícias foram escritas permite afirmar que o jornal tentava consolidar um determinado ponto de vista para um público específico: os apoiadores da legalidade constitucional. “A linguagem utilizada será, pois, a própria versão do jornal da linguagem do público a quem se dirige principalmente: a sua versão da retórica, imagens e stock comum de conhecimento subjacente que supõe que o seu público partilha [...]” (HALL et al, 1999, p. 232).

O problema é que a resistência ao Golpe de Estado ainda não estava assegurada, os defensores do mandato de João Goulart ainda aguardavam a definição do presidente para autorizar uma resistência em seu nome. Sobre isso, o historiador Luciano Aronne Abreu menciona que:

[...] ainda que a historiografia identifique certa indefinição e falta de coordenação nas ações de ambos os grupos, pode-se dizer que entre os primeiros havia ao menos o consenso de que era necessário por fim à chamada desordem do governo Goulart, enquanto os segundos estavam divididos quanto ao tipo e à sua capacidade de reação, estando limitados

inclusive pela indefinição do próprio presidente de autorizar a resistência em seu nome (ABREU, 2014, p.80).

No dia 2 de abril de 1964, o Última Hora assume uma postura combativa, posicionando-se quase como um folhetim político a favor do governo Goulart. Além disso, entre todos os jornais da rede, apenas a edição gaúcha circulou naquela data. O jornal chegou às bancas sem enfrentar o peso da censura prévia. Samuel Wainer havia se refugiado na embaixada Chilena no dia anterior. A chamada de capa, em letras garrafais, dizia: “Jango Chegou – Reagirei contra o Golpe”. O presidente encontrava-se, no entender do jornal, pronto para retomar o poder, e a Última Hora preparava o terreno para uma possível resistência armada. Ao mesmo tempo, resgatava os ideais getulistas, trazendo à tona outro episódio de tensão política, o atentado da Rua Toneleiro, que culminou na morte de Getúlio Vargas.

Não por acaso, na coluna Sem Censura, de Mário de Almeida, a carta de suicídio de Getúlio foi transcrita na íntegra, em uma tentativa de sensibilizar a consciência dos leitores<sup>10</sup>. Para o projeto político que o jornal defendia, a imagem do líder popular e nacionalista que sacrificou a própria vida na defesa dos trabalhadores e dos interesses nacionais, evitando um golpe de Estado, era ideal para ser retomada em um momento de tamanha instabilidade e incertezas. Afinal, para a geração que vivenciou a década de 1960, a figura de Getúlio Vargas remetia apenas a valores positivos, revelando um grande democrata – segundo Jorge Ferreira (2008, p.105), somente a partir da década de 1980 a historiografia passaria a difundir a visão de Vargas como o ditador do Estado Novo.

De qualquer forma, o jornal também noticiou seguinte o comício realizado na capital gaúcha:

Multidão incalculável atendeu, ontem à noite, ao apelo lançado pela Rede Nacional da Legalidade, comparecendo em massa ao largo da Prefeitura para participar do monumental comício organizado pelas forças populares. Principal orador da concentração, o deputado Leonel Brizola conclamou o povo a organizar-se em corpos provisórios civis ‘para participar da luta ao lado das gloriosas forças legalistas do III Exército e da Brigada Militar (UH, 02/04/1964, p. 2).

Os clamores de Brizola, como descrito na matéria, trouxeram resultados, pois foi realizado, às pressas, um ato público no entorno da prefeitura de Porto Alegre. O adjetivo

---

<sup>10</sup> Aliás, sobre a transcrição da carta de Getúlio, Barros (1999, p.143) conta que o repórter encarregado de cumprir tal pauta copiou o texto registrado em uma placa de bronze na Praça da Alfândega, centro de Porto Alegre. Foi o último trabalho do repórter para o jornal antes de ser preso e espancado pela polícia de Meneghetti - abuso de poder que revela as arbitrariedades e as formas de violência que se seguiram logo após o Golpe Civil-Militar.

“incalculável”, no entanto, enfraquece a força dessa manifestação, já que deixa a descrição do evento um tanto vaga, imprecisa. Na mesma edição, as páginas finais apontam para um número mais preciso: cerca de duas mil pessoas haviam se reunido na manhã do dia primeiro de abril para protestar, em frente ao Palácio Piratini, contra o movimento golpista (UH, 02/04/1964, p15).

No dia três de abril, no entanto, a filial gaúcha do Última Hora não circulou nas bancas – sequer chegou a ser impresso. Uma nota publicada na capa da edição do dia seguinte explicava o motivo: “a falta de energia elétrica nas oficinas dos ‘Diários Associados’ [onde o jornal era impresso] foi provocada pelo desligamento criminoso dos fuzíveis (sic) de um dos postos da CEE” (UH, 04/04/1964, capa). No entanto, segundo Barros, o adjetivo “criminoso” foi um último ato oposicionista do jornal, pois se sabia que o corte de energia havia sido determinado pelo governo do estado, proprietário da CEE, a Companhia Estadual de Energia Elétrica (1999, p.146). Portanto, quando voltou a circular, as informações sobre o fim da Segunda Cadeia da Legalidade não eram mais novidades e não foram mencionadas na edição do dia 4 de abril – cujas doze páginas, aliás, resumem a vitória das forças golpistas no Rio Grande do Sul.

A única menção ao paradeiro de Brizola é uma notícia breve, dizendo que o deputado gaúcho estava a salvo em um lugar não especificado (UH, 04/04/1964, p6). Talvez numa outra atitude ousada, ao noticiar o retorno do governador Ildo Meneghetti à capital – tarde do dia 3 de abril de 1964 -, o jornal destacou os incidentes que ocorreram enquanto a comitiva governamental dirigia-se até o Palácio Piratini. O acidente mais grave aconteceu na Avenida Borges de Medeiros, um jipe oficial atropelou e feriu um transeunte, o que provocou a intervenção de um grande número de populares. “A Polícia de Choque entrou imediatamente em ação, dispersando o grupo a borraçadas, bombas de efeitos moral e tiros de metralhadora para o ar” (UH, 04/04/1964, p.7). Um primeiro registro, então, das formas da violência que as forças repressoras sentir-se-iam autorizadas a usar cada vez mais ao longo da Ditadura Militar que recém nascia.

### **Considerações Finais**

Em 1964, quando eclodiu o Golpe Civil-Militar, o contexto da época havia permitido o fortalecimento de grupos que se opunham ao projeto nacionalista e reformista de João Goulart. Em poucos anos, o complexo formado pelo Instituto de Pesquisas e

Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), duas instituições financiadas por empresas nacionais e estrangeiras, realizou um verdadeiro assalto a opinião pública, na opinião de René Dreyfuss (1981, p. 233). As duas siglas foram criadas para realizar estudos sobre a realidade brasileira; no entanto, na prática, funcionaram como motores da propaganda de desestabilização do governo Jango. Por meio das relações que possuíam com os diferentes veículos de comunicação, o IPES / IBAD articulou uma ampla rede de colaboradores que, não por acaso, incluía o jornal *Correio do Povo*.

Desde a sua fundação, o *Correio do Povo* vendia-se como um impresso isento, que não possuiria vínculos partidários (DILLENBERG, 1997, p.9; GALVANI, 1994, p.41). Contudo, o fato é que o jornal mantinha uma linha de orientação capitaneada por seu proprietário – na década de 1960, Breno Caldas. O empresário da mídia exercia sua influência sobre a redação das notícias e, em repetidas ocasiões, ele pautou o que deveria ser noticiado (GALVANI, 1994, p.304; 386; 405). Em 1961, durante a primeira Campanha da Legalidade, Leonel Brizola requisitou a Rádio Guaíba, que pertencia à companhia jornalística de Breno Caldas. A partir de então, os ânimos se acirraram, Breno Caldas desenvolveu uma nítida hostilidade às reformas de base propostas pelo Governo Jango e uma repulsa ainda maior à figura de Leonel Brizola, que se acentuou durante o período em que este último governou o estado do Rio Grande do Sul (CUNHA, 2010, p.210).

O *Correio do Povo*, ao noticiar a tentativa de resistência em 1964, optou pela oposição do silêncio. Embora tenha deixado claro em seus editoriais que a cadeia radiofônica em defesa da legalidade não passava de uma espécie de histeria, o jornal não ignorou por completo as manifestações de apoio a João Goulart, mas também não detalhou os pormenores que envolveram tais mobilizações. Nas páginas do jornal, a impressão é de que, se o ambiente político era convulsionado, tudo logo voltaria à normalidade, ao menos na capital gaúcha, se as pessoas se mantivessem calmas e menosprezassem as manifestações.

O *Última Hora*, por outro lado, assumiu claramente uma postura combativa. O jornal possuía um histórico de defesa das causas nacionalistas e, por isso, manteve o apoio explícito à legalidade do governo Jango (BARROS, 1999). O periódico fazia parte de uma rede nacional de impressos capitaneada pelo jornalista Samuel Wainer e, em 1964, foi o único veículo de imprensa empresarial que resistiu ao movimento golpista, denunciando a atitude dos militares (CUNHA, 2010).

Nesse sentido, as edições investigadas neste trabalho atestam como os mesmos fatos são interpretados de maneiras distintas sob a luz da luta política. Os jornais da época, longe de serem meros espectadores, agiram enquanto agentes políticos, buscando mexer com a opinião dos leitores. Afinal, no momento em que Última Hora acusa o Golpe de Estado, boa parte dos textos do jornal foram mobilizados para conclamar a população ao confronto. Assim, em contraste com o Correio do Povo, as notícias e editoriais do Última Hora sobre tentativa de reeditar a Rede da Legalidade buscam reforçar uma ideia de que a resistência está consolidada. A Prefeitura de Porto Alegre recebeu inclusive o apelido de Quartel-General da Legalidade, legitimando um poder de reação que, na prática, mostrou-se frágil.

As notícias analisadas ao longo deste artigo também quebram com a tese de que a imprensa da época teria um poder absoluto de manipular o público. As diferentes maneiras de relatar um mesmo fato - levando ainda em consideração que os dois jornais estruturavam-se como empresas privadas e, portanto, eram produzidos em grande escala para um público amplo – mostram que os leitores poderiam aceitar ou recusar informações com base em suas crenças e expectativas. O Correio do Povo e o Última Hora, de certo modo, tinham algo a dizer para públicos distintos, ou seja, seus textos noticiosos eram direcionados principalmente àqueles que já compartilhavam as opiniões do jornal.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne de. Uma Segunda Legalidade para Jango: Porto Alegre, 1º de abril de 1964. In: ABREU, Luciano de; KLÖCKNER, Luciano; MONETEIRO, Charles (Orgs.) **Segunda Cadeia da Legalidade: Registros históricos e jornalísticos**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia e MOERL, Marco (Orgs). **História e Imprensa: Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos**. Anais de Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ/IFCJH, 1997.

BARROS, Jefferson. **Golpe Mata Jornal: Desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora**. Porto Alegre: Já Editores, 1999.

BIRD, Elizabeth S.; DARDENNE, Robert W. Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa: Vega Editora, 1999.

CORTÉS, Carlos E. **Política Gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2007.

CUNHA, Luiz Cláudio. Máximas e mínimas: os ventos errantes da mídia na tormenta de 1964. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs) **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): História e memória**. Porto Alegre: editora Corag, 2010. v.1.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Correio do Povo: história e memórias**. Passo Fundo: EdiUPF, 1997.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classes**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. Crise da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Brizola em panfleto: as ideias de Leonel Brizola nos últimos dias do governo de João Goulart**. Projeto História, n.36. São Paulo, jun. 2008, pp. 103-122

FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: As emissoras comerciais**. Canoas: Editora ULBRA, 2007.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: Momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias: Capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

GALVANI, Walter. **Um século de poder: Os bastidores da Caldas Júnior**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A “Legalidade na imprensa”. In: NOLL, Maria Izabel et AL. **O Movimento da Legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política**. Porto Alegre, Webprint, 2011.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: O mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa: Vega Editora, 1999.

KLÖCKNER, Luciano. Segunda Cadeia da Legalidade: a tentativa de resistência ao golpe de 1964 no Rádio. In: ABREU, Luciano de; KLÖCKNER, Luciano; MONETEIRO, Charles (Orgs.) **Segunda Cadeia da Legalidade: Registros históricos e jornalísticos**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.

LEITE FILHO, Francisco Chagas. **El caudillo: Leonel Brizola, um perfil biográfico**. São Paulo: Aquariana, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: O Rio Grande do Sul no Olho do Furacão. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs) **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): História e memória**. Porto Alegre: editora Corag, 2010. v.1.

PINTO, Eduardo. **A revolução vista do Rio Grande**. Revista do Globo, Porto Alegre, n. 872. 9-22 mai.1964

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SILVA, Hélio. **Golpe ou contragolpe**. Porto Alegre: L&PM, 1978.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ORTRIWANO, Gisela S. **Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história**. Revista USP, São Paulo, v. 56, p.66-85, dez./jan./fev. 2002/2003.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. São Paulo: Globo, 1999.

\_\_\_\_\_. **1964: O Golpe**. Porto Alegre: LP&M, 2014

## JORNAIS

**Correio do Povo**, Porto Alegre, RS, 02 de abril de 1964. Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

**Última Hora**, Porto Alegre, RS, 01 a 04 de abril de 1964. Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.